

Psicanálise à brasileira
Fernanda Canavêz e Joel Birman (Orgs.)
Editora Devires, 2024, 178 págs.

Psicanálise à brasileira: um convite para uma psicanálise viva

Psychoanalysis in Brazilian style: an invitation to a living psychoanalysis

Thais Klein*¹

1

Quando lemos uma coletânea de artigos fruto de um encontro acadêmico de psicanalistas, somos frequentemente convidadas a adentrar um auditório — um espaço que se replica de forma muito semelhante em diferentes territórios. As particularidades são expressas sobretudo em termos de diferenças teóricas ou filiações institucionais — não importa o que está do lado de fora, as pessoas, o clima. Parece que somos transportados para a cena narrada por Winnicott, quando, em meio à Segunda Guerra Mundial, precisou chamar a atenção para o bombardeio da cidade.

A coletânea *Psicanálise à brasileira*, organizada por Fernanda Canavêz e Joel Birman, sustenta desde as primeiras linhas a discussão de uma psicanálise situada no território.

*¹ Universidade Federal Fluminense – UFF (Niterói, RJ, Brasil).



Somos convidadas a compartilhar da complexidade do território que comporta a Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais especificamente, o campus localizado na Urca que sediou o encontro do Grupo de Trabalho Psicanálise, Subjetivação e Cultura Contemporânea, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), do qual o livro é fruto. Os morros sinuosos do Pão de Açúcar não são distantes apenas geograficamente de outros morros — naquela semana, como em várias outras, as operações policiais atravessaram o longo caminho cotidiano de muitos.

2 O livro *Psicanálise à brasileira* é ele mesmo uma prática no sentido da construção de uma psicanálise que se desloca de uma pretensão universalista para ancorar-se no território. Esta questão não está apenas naquilo que o livro guarda enquanto sentido, mas na sua multiplicidade de autores e autoras, na forma da escrita (que muitas vezes remete à experiência) e na própria escolha do vocabulário, marcado por palavras como capoeira, lundu, ginga, abadá, maxixe. Ora, se “a linguagem carnavalesca adotava um vocabulário típico da praça pública” (p. 71), por que a linguagem psicanalítica continua adotando um vocabulário típico europeu? Como aponta uma das autoras, “o analista é corpo, em território, o que faz um analista territorializado? Equivocam-se os que pensam que apenas os psicanalistas periféricos são territorializados” (p. 54). Esse suposto equívoco é também a manutenção de relações de poder — é curioso que lembrar que a psicanálise, os psicanalistas e suas instituições são territorializados surpreenda justamente aqueles que se propõem a escutar aquilo que não está no conteúdo manifesto. Talvez, nas palavras de Caetano evocadas no livro, justamente “pelo fato de poder ter sempre estado oculto quando terá sido óbvio”.

Aprendemos com o próprio Freud que entrar em contato com a obviedade do oculto é também um convite à responsabilização. Em diferentes artigos que compõem a coletânea, os psicanalistas e suas instituições são convidados a se defrontar com os efeitos de longos anos, não findos, de pacto com a branquitude e subserviência epistêmica. Nesse contexto, a psicanálise deixou de ser circunscrita como um campo que teria sido perversamente apropriado pelo eugenismo ou mesmo heroicamente introduzido pelo movimento modernista — “parece que ainda falamos poeticamente de antropofagia, como se não fosse necessário assassinar o outro antes de saboreá-lo” (p. 118). Um movimento antinarcisista, como sustentam algumas das autoras em diálogo com a antropologia. Responsabilizar-se pelo óbvio, na contramão da violência do silenciamento de outros, é também revisitar nossa própria história. É o que nos lembra o texto que reconstrói a trajetória de Virgínia Bicudo, apontando

que a psicanálise à brasileira tem também uma história de experiências com corpos dissidentes.

O livro consiste em um pontapé importante na direção de descolonizar o campo psicanalítico no Brasil, questionando a mimetização com o centro europeu, ao sustentar que os psicanalistas, a psicanálise e suas instituições têm raça, classe social e gênero — ou seja, não pairam pelo mundo como almas pensantes (ou penadas) e universais.

Como ficou evidente no nosso último governo antidemocrático, a tentativa de refundar uma identidade nacional é também o projeto de manutenção de relações de poder que perpetuam a exclusão e a dominação. É diante desse projeto de nação que nós, psicanalistas, fomos compelidos a lembrar que nosso território é complexo e não se reduz à ordem e ao progresso da bandeira nacional.

Uma psicanálise situada não é sinônimo de uma identidade psicanalítica, muito menos uma identidade articulada ao nacional — a multiplicidade de vozes e perspectivas, por vezes até mesmo dissonantes, deixa entrever que o que une os artigos em uma coletânea está na intenção de pensar a psicanálise como uma práxis comprometida com as questões de seu território. Como sustentado na página 113, em sintonia com Paul Preciado, trata-se de um movimento desidentificatório entendido como processo político de transformação da realidade. }

É preciso lembrar que a perspectiva interseccional, marca da coletânea, é menos um amontoado de sobreposições identitárias, mas aponta justamente para aquilo que se perde nessas formulações, ou seja, as intersecções entre as categorias não alcançadas e até mesmo silenciadas pelas próprias categorias. Trata-se de um convite a um “trabalho de alteridade” (p. 143). A alteridade, nesse contexto, não pode ser colocada como uma ordem, paterna e universal — é o que questionam os autores e autoras ao denunciarem uma aliança da psicanálise à brasileira com o mito da democracia racial. Mais do que perguntar se podemos escutar o racismo escamoteado à brasileira, somos convidadas a revisitar nosso próprio território — “É possível ao analista branco quebrar o pacto narcísico com a branquitude?” (p. 34). O ponto é o questionamento da própria norma, a imagem dos homens, brancos e europeus que esconde a sua dependência do outro — os negros, as mulheres, os povos originários — para, através de uma “ontologia negativa” (p. 33), sustentar sua universalidade.

É na direção oposta de uma psicanálise que se apoia no universal o convite para lembrarmos que dependemos uns dos outros, convite estendido

aos nossos próprios conceitos. Como sustentam os autores, a noção de um desamparo constitutivo é aliada de uma psicanálise desterritorializada e escamoteia formas de sofrimento ancoradas no contexto social — uma problemática conceitual indissociável do compromisso com uma práxis capaz de levar em conta corpos dissidentes sem violentá-los. Como sustentam outras autoras, trata-se “de submeter a psicanálise a revisões, questionamentos e mutações, com base no que pudermos aprender com as vozes e os processos de subjetivação dissidentes e periféricos” (p. 112).

A psicanálise à brasileira, figurada no próprio livro, é múltipla e distante de ser consensual — dissidente e contraditória e, sobretudo, uma psicanálise viva. Como os parangolés que “são feitos para serem vividos e são pensados como inacabados” (p. 73). O livro *Psicanálise à brasileira* é um convite para que continuemos esse movimento e, quem sabe, nos aproximemos ainda mais da complexidade de nosso território.

Referências

- 4 Canavêz, F., & Birman, J. (Orgs.). (2024). *Psicanálise à brasileira*. Devires, 2024.

Resenha submetida em 15.09.2024

Resenha aceita em 24.09.2024

thaiskda@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5050-9855>
